

A Política Económica Europeia



GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

A União Económica e Monetária Europeia (UEM)

é o processo através do qual determinados Estados-Membros da União Europeia harmonizaram as suas políticas económicas e monetárias e que culminou no nascimento do euro e na subsequente entrada em circulação das notas e moedas de euro em doze Estados-Membros, em 1 de Janeiro de 2002. Com o nascimento do euro, o Banco Central Europeu passou a ser responsável pela execução da política monetária europeia. Os seus órgãos de decisão dirigem o Sistema Europeu de Bancos Centrais, cujas principais atribuições incluem: a gestão do volume de dinheiro em circulação, a realização de operações cambiais, a detenção e gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-Membros e a promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos. O euro é agora a única moeda para mais de 300 milhões de europeus.

A UEM implica uma coordenação mais estreita das políticas económicas nacionais, que passaram a ser uma questão de interesse comum. A elaboração de Orientações Gerais das Políticas Económicas (OGPE) para os Estados-Membros e para a União constitui o principal instrumento de coordenação das políticas económicas da UE. Todos os anos são dirigidas recomendações aos Estados-Membros, a fim de assegurar a boa execução da política económica comum. No quadro do «Pacto de Estabilidade e Crescimento» (PEC), os governos têm de evitar défices orçamentais excessivos, podendo ser dirigidos avisos e impostas sanções financeiras aos Estados-Membros que não cumpram este pacto.


Na perspectiva do Parlamento Europeu,

a cooperação entre os Estados-Membros da União em assuntos relacionados com a coordenação das políticas monetárias e económicas (incluindo a política fiscal e as reformas estruturais) deve ter como objectivo a estabilidade dos preços, um crescimento económico sustentável e o pleno emprego. A rápida integração económica europeia e internacional, a par da união monetária, em especial após a introdução da moeda única, aumentaram a necessidade de uma coordenação mais estreita das políticas monetárias e económicas dos Estados-Membros da União Europeia.

No Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), os chefes de Estado e de Governo definiram uma estratégia de implementação dos objectivos e prazos concretos do processo de reforma das políticas económica, ambiental, social e de emprego. A denominada «estratégia de Lisboa» deveria ser entendida como uma estratégia para melhorar o modelo económico e social europeu. Esse objectivo exige uma governança económica, social e ambiental eficaz a nível europeu, bem como o empenho na defesa dos valores da solidariedade e do desenvolvimento sustentável partilhados por todos.

O Grupo dos Socialistas Europeus (Grupo PSE) no Parlamento Europeu

apela à adopção de uma política monetária e financeira sólida e coordenada que vise não só manter as taxas de juro baixas, como também libertar capital de investimento e estimular o consumo. O euro, além das vantagens económicas que proporciona, é também a expressão da vontade comum de cooperar e de prosseguir no caminho da integração política, bem como de estender a estabilidade económica a toda



a Europa. O Grupo PSE tem participado activamente em todas as fases da UEM e do euro, nomeadamente através dos nossos deputados que elaboraram alguns relatórios parlamentares de fulcral importância e asseguraram ao Parlamento um papel claro no controlo da política monetária do BCE.

No que toca aos aspectos económicos mais gerais, regista-se uma crescente preocupação entre os políticos de centro-esquerda na Europa quanto ao cumprimento dos objectivos de crescimento e de emprego estabelecidos na Cimeira de Lisboa. Por essa razão, reiteramos a necessidade de a UE se tornar realmente «na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo» e que deverão ser tomadas medidas a três níveis:

- Maior investimento nos recursos humanos, mais investigação e métodos de produção mais ecológicos, a fim de se retomar a estratégia de Lisboa.
- As finanças públicas devem favorecer o crescimento sustentável e o emprego no quadro da estabilidade orçamental.
- As políticas devem ser convenientemente coordenadas, de modo a poderem traduzir-se em medidas concretas.

Acreditamos na importância de estimular uma actividade económica forte e sustentável que proporcione vantagens e oportunidades reais e palpáveis aos cidadãos comuns em toda a União Europeia, oferecendo-lhes a formação e as competências de que necessitam. A actividade económica deve promover a criação de novos empregos, manter elevados níveis de protecção social e proporcionar um ambiente mais limpo e mais seguro. Estamos convictos de que as nossas propostas políticas apontam o caminho certo para uma «estratégia de pleno emprego» para a Europa.

Resultados concretos

O Grupo PSE converteu estas prioridades políticas nos seguintes **resultados concretos**, alcançados através do trabalho político que tem vindo a desenvolver no Parlamento Europeu:

- acompanhamento estrito do sucesso da introdução das notas e moedas de euro, incluindo uma política monetária pró-activa e transparente do BCE;
- desenvolvimento da estratégia de política monetária do BCE orientada não só para a manutenção da estabilidade dos preços, mas também para a adopção de estratégias concretas que visam o crescimento sustentável e o emprego;
- promoção de uma interpretação mais razoável e flexível do Pacto de Estabilidade e Crescimento, incluindo o reconhecimento de reformas estruturais e de iniciativas de investimento públicas e privadas;
- desenvolvimento de uma estrutura do sistema monetário internacional orientada para uma maior regulamentação da gestão dos serviços financeiros globais;
- prossecução da harmonização da política de concorrência da UE, incluindo o reforço do papel da Comissão Europeia na luta contra as distorções da concorrência, bem como o maior envolvimento dos sindicatos no que respeita às reestruturações e à política de controlo das operações de concentração de empresas;
- promoção do investimento público e privado através de parcerias do sector público e privado nos domínios da educação e da formação profissional, da aprendizagem ao longo da vida, da investigação, da produção ecológica, das tecnologias da informação e de ponta, das telecomunicações, das redes de energia e de transportes;
- abrandamento da concorrência fiscal ilegal que está a distorcer o mercado único, bem como uma maior coordenação fiscal em toda a Europa;
- maior abertura no processo de coordenação económica a nível europeu, através da participação regular e directa do Parlamento Europeu.



Contactos

Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu,
Parlamento Europeu, rue Wiertz, B-1047 Bruxelas.
Tel.: +32 2 284 21 11 (Bruxelas) ou +33 3 88 17 40 01 (Estrasburgo)

<http://www.socialistgroup.org>